

RESENHAS

FONSECA, Denise Pini Rosalem da & GIACOMINI, Sonia Maria. 2013. *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas. 188pp.*

Gabriel Banaggia

Pós-Doutorando do PPGAS/MN/UFRJ

Em sua apresentação à obra *Presença do axé: mapeando terreiros no Rio de Janeiro*, Henri Acselrad fala sobre um duplo movimento presente nas religiões de matriz africana, tanto “de invenção” quanto “de herança”, que faz com que um “exercício de memória” seja simultaneamente “capaz de animar dinâmicas de transformação” (:21). Fruto de empreendimento coletivo de considerável porte – evidenciado nos agradecimentos que incluem acadêmicos, religiosos, membros do poder público – este livro se inscreve como contribuição fundamental no combate à vulnerabilização do povo de santo. As casas de axé são apresentadas como espaços privilegiados de resistência cultural, política, social e religiosa, indissociáveis das lutas dos negros por igualdade.

O livro resulta da pesquisa “Mapeamento das casas de religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro”, realizada pelos Núcleos Interdisciplinares de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema) e de Meio Ambiente (Nima),

da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 2008 e 2011, com apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e adicionalmente serviu para o desenvolvimento de um programa nacional de mapeamento de terreiros em elaboração por este órgão. O trabalho envolveu a construção de uma base documental quantitativa e qualitativa, por meio de “trabalho de campo sistemático e participativo” (:26), com o objetivo de realizar a cartografia social de terreiros do estado do Rio de Janeiro. A própria ideia da pesquisa teve início com uma solicitação feita à PUC-Rio por Mãe Beata de Iyemonjá, principal líder religiosa do Ilê OmiOjuarô, a quem a obra é dedicada, autora de um dos prefácios do livro que aponta como líderes de várias correntes de matriz africana se debruçaram por bastante tempo sobre o trabalho, juntamente e “em pé de igualdade” (:11) com membros da academia.

A pesquisa teve por meta mapear o maior número possível de casas de religiões de matriz africana no estado, e consistiu em visitas individuais às casas mapeadas, não se tratando contudo de um recenseamento exaustivo, já que para se chegar a cada uma delas o método privilegiado foi a indicação direta de membros de outros terreiros, desenhando os limites de uma rede conformada por relações de identificação e confiança.

mentos da difusão da “exemplaridade” do CÁP, destaca-se que, desde 2011, o BNDES usa o programa como um tipo de paradigma a ser instrumentalizado na mitigação dos impactos gerados pelos grandes empreendimentos que financiam. Por conseguinte, o CÁP vai sendo incluído, também, nas estratégias mais amplas do governo federal para legitimar os contornos de sua política energética, na qual o destaque conferido nos últimos anos à construção da hidroelétrica de Belo Monte, no rio Xingu/PA, obriga-o a enfrentar, até o presente momento, múltiplos movimentos de crítica e resistência. Nesse contexto, uma de suas vantagens é justamente poder contar com o “exemplo concreto do conceito de sustentabilidade em um empreendimento hidroelétrico, [...] referência mundial de responsabilidade socioambiental” (:206) fabricado em Itaipu, e pronto para ser reproduzido.

VIEIRA DA CUNHA, Neiva & FELTRAN, Gabriel de Santis. 2013. *Sobre periferia. Novos conflitos no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina & Fapesp. 224 pp.

Susana Durão

Professora no IFCH/Unicamp

Favela, periferia, margem são, por vezes, sinônimos intercambiáveis da histórica precariedade urbana brasileira. Mas eles são também nomes defendidos, definidos. Favela existe há mais de um século no plano social e na geografia urbana e há mais de duas décadas no domínio da reflexão acadêmica. Continua saindo da sombra.

Sobre periferia: Novos conflitos no Brasil Contemporâneo é dos livros de uma boa camada de obras e de artigos que buscam desvelar um dos temas mais promissores de certo estilo de antropologia urbana

que vem sendo realizada no Brasil. Não tendo sido o primeiro e nem com certeza o último, o livro reúne nomes que vêm marcando passo nos debates sobre margens urbanas. Depois de ler a proposta, fica claro: caminhar da reflexão sobre fronteiras sociogeográficas – das *periferias* – para chegar a uma proposta de “cartografia de perspectivas analíticas” – de *margens*.

A obra é composta em três partes diferentes: drogas, crime, violência e política; expressividade, religiosidade e gestão social; Estado, território, moradia e ação social.

A discussão se inicia, pela mão de Taniele Rui, com as *fronteiras* dos espaços urbanos do crack. A autora convence que diferentes lugares não são meros invólucros e cenários do consumo; diferentes territórios criam parâmetros de interação e novas relações. Três territorialidades distintas no uso do crack, em cidades do estado de São Paulo, apontam contrastes nas tensões que conjugam pessoas, socialidade e cidade, tensões com agentes que ora acolhem, ora punem esses “corpos abjetos”. O espaço do consumo *faz diferença*, diz Rui. Passamos em seguida à leitura possível do *limite* (ou “tensão liminar”) com uma circulação intermitente de pessoas dentro e fora de albergues na cidade de São Paulo. Aqui, a aparente desespecificidade do público é, paradoxalmente, a especificidade do albergue. Daniel De Lucca Costa sintetiza: esta é uma instituição tão hostil quanto hospitaleira; ela acolhe enquanto expulsa. No texto seguinte, Diogo Lyra explora o tema da *punição* entre jovens traficantes conferindo inteligibilidade ao que seria do plano (moral) do ininteligível: a coesão na tensão e na violência. O caminho é trilhado no nível das palavras trocadas, ajudando o autor a esclarecer uma miríade de noções *emic* que dão sentido ao que designa como subjetividades do “sujeito-homem”. A primeira parte termina com

uma cartografia da margem, proposta por Leilah Landim, que ruma através da leitura de organizações civis, elegendo como campo de atuação o tema-problema "violência urbana" no Rio de Janeiro.

"Artes da periferia", por Rose Hikiji e Carolina Caffé, continua evidenciando a ploriferação de expressões e de desempenhos culturais que parece oferecer novo contexto a disputas pela representação de lugares e pessoas na margem. Estado, associações e gestão começam a ganhar textura analítica por intermédio da análise etnográfica de políticas públicas (Ana Paula Galdeano), mas também já estavam nos espaços urbanos do crack, interseccionados por uma pletera de atores institucionais (Tâniele Rui). Galdeano descreve, num texto rigoroso e criativo, como a política de segurança pública foi colonizando as políticas de habitação, reforma e lazer em São Paulo na década de 2000. Múltiplos projetos e ativismos que passam pela gestão social da violência, em locais onde se faz presente o Primeiro Comando da Capital (PCC), passam por novas interseções de polícia, religião e partidos, que ora forçam a reintegração da ordem, ora a contestam. A mobilização social e política nas periferias está longe de ser estável. Wania Mesquita apresenta formas de entendimento, compreensão e tolerância moral entre os agentes do crime e os pentecostais, enquanto Nina Rosas, que encerra a segunda parte da obra, sublinha como "uma massa de fiéis empobrecidos" e as obras de assistência social em geral têm sido instrumentalizadas para a obtenção de sucesso pessoal e afirmação de carreiras religiosas e partidárias.

A discussão das fronteiras e das passagens fica clara no caso dos projetos de "pacificação" policial de favelas, apresentado e discutido por Márcia Leite e Machado da Silva, com novas formas de regulação que facilmente se sobrepõem à

lei. A análise tenta explicar o cruzamento entre barreiras mentais invisíveis e a segregação socioterritorial. Os autores sugerem que a contenção e os limites da circulação de jovens favelados na cidade carioca parecem prepará-los para lidar com o desconforto e a insegurança das interações cotidianas urbanas. Isto é feito através de "mapas de antecipação", conceito tomado de empréstimo de Jegannathan (no texto "Checkpoint: anthropology, identity, and the State", de V. Das & D. Poole (orgs.), em *Anthropology in the margins of the State*), que envolve uma cartografia de estigmas e preconceitos. Por eles, polícia e Estado são percebidos em sua face repressiva, longe do que seria a missão original de provisão de serviços públicos e equipamentos urbanos.

Isabel Georges e Yumi dos Santos usam a categoria beckeriana de "empreendedor moral" para descrever políticas sociais terceirizadas de assistência a famílias em São Paulo. Concluem que uma gestão sexuada pode produzir, especialmente nas mulheres assistidas, novas formas de desigualdade. Luciana do Lago vem nos falar de empreendimentos autogeridos nas periferias de São Paulo e Porto Alegre e das dificuldades manifestas deste tipo de associativismo. A autora demonstra serem poucos os governos locais, as municipalidades, que utilizam instrumentos legais para regular ou reduzir a ação privada que tende a alimentar a especulação fundiária. Por fim, Marlucci Menezes e Tânia Ramos apresentam um caso em Lisboa. Descrevem minuciosamente, no decorrer do tempo, a edificação e as transformações urbanas no bairro de Chelas. As autoras defendem que a associação representacional frequente entre insegurança e um território específico é (re)criadora de periferia urbana, demarcando-a fatalmente na cidade, mesmo que subvertendo o plano urbanístico-social original.

No seu conjunto, esta é uma dessas coletâneas que resulta do acúmulo de experiências, tanto empíricas quanto conceituais, que têm transformado em objeto de pesquisa antropológica os espaços urbanos e a vida em cidades. Como refere Birman na abertura do livro, todos os autores da obra recusam o dualismo que oporia centro e periferia. A aposta está na ampliação e não no estreitamento de propostas.

Pela sua complexidade, entender as margens exige diluição de fronteiras estanques e previamente dadas ao observador desavisado. A cidade separada em duas (proposta no famoso livro de Zuenir Ventura, *Cidade Partida*), que se tornou uma metáfora de uso cognitivo fácil, sobretudo para o caso do Rio de Janeiro, não reúne consistência analítica. Ela é uma *performance* em si mesma (ainda que possa ter efeitos reais) e só nessa medida requer atenção. Como bem advertem Neiva Vieira da Cunha e Gabriel de Santis Feltran, discutir periferias contemporâneas implica conhecer o *labor* do tempo no espaço social, o mundo do trabalho, socialidades locais e circulações, configurações públicas de conflitos sociais e políticos emergentes, mas também diferentes sentimentos morais, demandas por respeito, reconhecimento, solidariedade. Que não restem dúvidas depois de ler o livro: periferia é um conceito polissêmico e os territórios da pobreza são amplamente heterogêneos. Mas dizer isto não é dizer tudo. O trabalho teórico começa aqui.